



ARTIGO ORIGINAL

O signo de Libra está para seus ascendentes assim como Libras está para as classificações linguísticas

The sign of Libra is to its ascendants as Libras is to linguistic classifications

Josué Shimabuko da Silveira Junior¹; Flávia Girardo Botelho Borges²

¹ Universidade Federal de Mato Grosso - josue.junior@ufmt.br

² Universidade Federal de Mato Grosso - flavia.borges@ufmt.br

Como citar o artigo

SILVEIRA JUNIOR, J. S.; BORGES, F. G. B. O signo de Libra está para seus ascendentes assim como Libras está para as classificações linguísticas. *Revista Horizontes de Linguística Aplicada*, ano 22, n. 1, p. AG4, 2023.

Resumo

Este artigo apresenta aos leitores uma relação paralelística entre os termos “signo de Libra” e “Libras”, a Língua Brasileira de Sinais. O trabalho tem por objetivo discutir a classificação da Libras tendo como base categorias linguísticas quanto a aquisição/aprendizagem, oferecendo exemplos elucidativos ao longo da discussão. É possível perceber que a classificação não difere em comparação com as línguas orais, entretanto há exceções que serão discutidas, como o caso de Língua Materna e Primeira Língua. Os estudos relacionados às línguas de sinais são recentes em comparação com as demais línguas oralizadas e necessitam de mais pesquisas na área. Desta forma, partindo de um tópico da cultura popular, a Astrologia, estabelece-se a discussão sobre categorias para a classificação das línguas, em particular, a Libras.

Palavras-chave: Estudos linguísticos. Surdo. Aquisição.

Abstract

This article presents readers with a parallelistic relationship between the terms "sign of Libra" and "Libras", the Brazilian Sign Language. The work aims to discuss the classification of Libras based on linguistic categories regarding acquisition/learning, offering elucidative examples throughout the discussion. It is possible to notice that the classification does not differ in comparison with oral languages, however there are exceptions that will be discussed, such as the case of Mother Tongue and First Language. Studies related to sign languages are recent compared to other oral languages and require further research in the area. In this way, starting from a topic of popular culture, Astrology, the discussion about categories for the classification of languages, in particular, Libras, is established.

Keywords: Linguistic studies. Deaf. Acquisition.

INTRODUÇÃO

Para os interessados em horóscopos e os fenômenos da Astrologia, não é de se espantar que muitas vezes ao ler as previsões feitas para outros signos (que não sejam o nosso), deparamo-nos com afirmativas e hipóteses que caberiam perfeitamente a nós, ainda que não

Fonte de financiamento: Não houve.

Conflito de interesse: Não há.

Recebido em 07 Jun 2022. Revisões requeridas em: 18 Mar 2023. Aceito em: 24 Abr 2023.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial No Derivative, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais, sem alterações e que o trabalho original seja corretamente citado.

sejam pertencentes àquele determinado grupo de pessoas citado por um dos critérios ser a data e horário de nascimento.

Assim sendo, uma pessoa considerada libriana, ou seja, nascida no interstício correspondente ao signo de Libra, pode muito bem se identificar com fatores correspondentes a outros signos, como escorpião, áries, peixes, dentre outros, o que não a faz menos libriana, mas pode ser considerada exceção em alguns aspectos de seu signo se comparada com os demais.

O interessante é notar que, ainda assim, os astrólogos explicam que as características mais marcantes na personalidade tendem a ser mais próximas do signo correspondente ao seu período de nascimento. Existem ainda questões mais profundas como o ascendente, migrações e proximidades com outros signos a depender do momento da vida.

E o que tudo isso tem a ver com línguas, mais especificamente a Língua Brasileira de Sinais (Libras)?! As línguas, diferentemente da Astrologia, obedecem a critérios científicos para enquadramento categórico. São enquadradas como processos de flexão, processos de formação, entre outros. No caso de Libras, língua que nos interessa nesta pesquisa, Quadros (2017) afirma que a Língua é “visuoespacial”, representando por si só as possibilidades que traduzem as experiências visuais. Os sinalizantes veem a língua que o outro produz por meio do olhar, das mãos, das expressões faciais e do corpo. É uma língua vista no outro e reconhecida pela Lei nº 10.436/2002.

Em comparação com a Astrologia, como no caso do signo de Libra exemplificado acima, a Libras perpassa pelas definições de língua de maneira muito fluida e relativa. Diferentemente das línguas orais, esta língua sinalizada consegue ser considerada sobre diversos pontos de vista como: Língua Materna (LM); Língua Natural (LN); Primeira Língua (L1); Língua de Instrução (LI); dentre outras em um único país, o Brasil.

É possível que em um mesmo ambiente tenhamos sinalizantes interagindo enquadrados nesses diversos contextos citados acima, diferentemente do português em nosso país, em que a maioria terá uma classificação linguística semelhante pela natividade da língua.

Quando tratamos de definições generalistas de língua, é possível pensar que algumas destas classificações linguísticas precisam ser analisadas com mais cautela quando a língua é Libras. Trazendo a discussão para o campo científico e abandonando a Astrologia, neste artigo trataremos da Libras interpretada em categorias, e mostraremos que talvez alguns casos tidos como exceções são mais comuns do que se espera.

Dessa forma, por meio de uma pesquisa bibliográfica, o objetivo deste artigo é contextualizar a Libras dentro das categorias como LM; LN; LI; Língua de Herança (LH); Segunda Língua (L2); Língua Adicional (LA) e Bilinguismo, utilizando exemplos em cada encaixe para melhor definir a posição de Libras no processo de aquisição/aprendizagem de Línguas pelo viés do inatismo.

Feita estas considerações iniciais, este artigo está dividido em quatro partes, começando por esta Introdução, seguida de uma breve diferenciação entre pessoas surdas e deficientes auditivas, posteriormente uma discussão das categorias de classificação da Libras e suas possibilidades e encerrando com as considerações finais acerca do tema.

2 SURDOS E DEFICIENTES AUDITIVOS

Antes de iniciarmos o assunto, é importante ressaltar que neste artigo iremos nos referir a dois usuários potenciais da língua que se distinguem pelo olhar e sua vivência cultural em relação à surdez. O primeiro grupo, segundo Strobel (2013), compreende os sujeitos surdos por meio de uma vivência cultural da surdez. De acordo com a autora,

Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas^[1] e das “almas” das comunidades

¹ Para saber mais, ler sobre identidades surdas em Perlin e Miranda (2003); e sobre cultura surda, em Strobel (2013).

surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo. (STROBEL, 2013, p. 29).

O segundo grupo compreende sujeitos apontados pelo olhar clínico, os Deficientes Auditivos (DAs)², e, em alguns casos, em grau profundo bilateral – surdos –, pois não escutam nada, entretanto, não se encaixam nos moldes da cultura surda, porque, em sua maioria, oralizam³ e foram criados nos moldes da cultura ouvinte. Ainda que percebam o mundo visualmente, seus parâmetros e instruções foram sempre por meio da percepção de pessoas ouvintes oralizadas.

Compreender esta distinção é importante, pois impacta diretamente no processo de compreensão da Libras nas classificações percorridas a seguir – o senso comum entende os sujeitos surdos e DAs como pertencentes a um mesmo processo aquisitivo de línguas, o que veremos a seguir que não é verdade.

3 DISCUSSÕES

A partir de agora trataremos especificamente das classificações linguísticas relacionadas a Libras, considerando os aprendizes ouvintes, DAs e surdos.

3.1 A Libras como língua materna

A literatura em geral traz a LM como aquela que a criança irá aprender a se comunicar. Segundo Guimarães (2007, p. 1), “é a língua cujos falantes a praticam pelo fato de a sociedade em que se nasce a praticar; nessa medida ela é, em geral, a língua que se representa como primeira para seus falantes”. A LM é a língua em que a criança estabelece seu primeiro contato com o mundo e por meio dela irá se instruir; está diretamente relacionada com a língua utilizada pela mãe/cuidador(a) para as primeiras instruções e a criação da relação de afetividade entre o bebê e aquele diretamente ligado ao seu modo de sobrevivência.

No caso da Libras, a exceção no Brasil são os filhos surdos/DAs que nascerem em famílias cujos pais sejam surdos. Na pesquisa de Quadros (2018) sobre Libras como patrimônio linguístico, dos participantes surdos que se dispuseram a responder uma questão relacionada à surdez, 79% dos participantes surdos foram diagnosticados até os 4 anos de idade, 12% descobriram a surdez entre os 5 e 12 anos de idade, 4% entre os 13 e 18 anos e 5% com mais de 19 anos. Outro dado interessante é que 80% dos surdos participantes declararam que a aquisição da Libras ocorreu após os 4 anos de idade, período considerado tardio para o desenvolvimento da linguagem.

A maioria dos surdos e DAs no nosso país nascem em famílias de pais ouvintes, grande parte nasce com o aparelho auditivo biológico funcionando corretamente e são acometidos pela surdez como sequela advinda por diversos fatores como uso indevido de medicamentos, doenças infecciosas, dentre outros; esta danificação do aparelho auditivo ocorre nos anos iniciais de vida.

As causas genéticas/hereditárias foram declaradas por 13% dos participantes e 87% dos casos de surdez estão relacionados a causas não genéticas, como a rubéola (27%), meningite (15%), complicações na gestação/parto (9%), entre outras doenças e adversidades (36%). Esses dados vão ao encontro das informações que indicam que 90% nascem em famílias de ouvintes, onde a surdez é proveniente de fatores ambientais e idiopáticos. (QUADROS, 2018, p. 131).

Nesse sentido, tratar a Libras como LM do surdo/DAs não condiz atualmente como regra, dado que sua mãe/cuidador(a) em sua maioria são ouvintes e – no Brasil – possuem a Língua Portuguesa (LP) como forma de comunicação com a criança.

² Cf.: Capovilla; Raphael; Mauricio (2012, p. 903).

³ Falam português, e alguns aprendem a Libras mas não é sua língua principal.

É fácil considerar, assim como nas demais línguas, que crianças surdas, filhas de pais surdos – que se identificam culturalmente com a língua –, possuem como LM a Libras; entretanto, é impossível generalizarmos o conceito, uma vez que a mãe/cuidador(a) podem ser DAs ou, em sua maioria, ouvintes que não usam a língua de sinais.

Apesar de a figura materna aparecer nos estudos de Quadros (2018) como uma das maiores usuárias dessa língua no contexto familiar, os dados referentes aos pais e avós sugerem que o conhecimento acerca da língua de sinais é algo posterior ao nascimento dos filhos surdos, o que demonstra que as mães buscam aprender a Libras para se comunicarem com as crianças surdas e são, em muitos casos, a única referência linguística nesse espaço. Afirmar que a LM do surdo/DAs é a Libras no processo aquisitivo é utopia; é uma afirmação que infelizmente nos dias de hoje ainda não é regra.

3.2 Libras como Língua Natural

Quando tratamos do conceito de LN é possível compreender que

A Língua de Sinais caracteriza-se como uma “língua natural” para a pessoa surda, visto que, sendo esta uma língua espaço-visual (vista ao invés de ouvida) e considerando-se a incapacidade de recepção sonora da fala pelos surdos, é a que oferece a possibilidade de ser adquirida através da interação comunicativa entre a criança e o adulto. (SLOMSKI, 2010, p. 52).

Assim como a autora, acreditamos que este é um dos termos nos quais é mais confortável abordar de forma generalizada a relação dos surdos/DAs com a Libras, pois, biologicamente, a língua é visuoespacial, e o sujeito está biologicamente apto a aprendê-la de forma natural.

Quando tentamos ensinar a LP para os surdos/DAs, existe um esforço biológico especificamente cognitivo para compreender movimentos labiais, assimilação de tais movimentos como signos, atribuir um significante e um significado de forma muito particular para fazer sentido. É necessário um esforço cognitivo além do comum do aprendiz que não escuta com perfeição.

Engana-se aquele que pensa que o aparelho auditivo soluciona a escuta do surdo/DA, pois trata-se apenas de um amplificador de som que nem sempre resulta na compreensão de sons claros como para aqueles que escutam dentro dos parâmetros estabelecidos pela medicina. Nesse caso, para o surdo/DA que oraliza existe ainda o esforço físico para movimentar as cordas vocais e conseguir pronunciar as palavras de forma clara e na altura desejada.

Pensar em Libras como LN é reconhecer que, independentemente de ser LM, do processo de aquisição de L1, ou da aprendizagem da língua como L2 ou LA, o aprendiz está apto a compreender a língua de forma natural, o que não necessariamente significa que será fácil.

Slomski (2010) explica que quando falamos que a língua de sinais é uma LN, partimos do princípio de que todos os seres humanos nascem com a capacidade inata de possuir um instrumento para o desenvolvimento do processo intelectual próprio da espécie, que é a linguagem. Nesse sentido, aprender uma língua é uma forma de desempenhar essa competência.

Acreditamos que esse conceito pode ser aplicado com facilidade quando falamos de aprendiz ouvintes. Ainda que tenham o aparelho auditivo e o aparelho visual em perfeito estado, o aprendiz adquire a língua naturalmente da mesma forma. Nesse caso, é importante apresentar como exemplos os filhos ouvintes de pais surdos denominados como CODAS (*Children of Deaf Adults*), ou seja, crianças que possuem a Libras como L1 ou são bilíngues Libras e LP.

3.3 Libras como primeira língua

Linguistas no geral tendem a classificar como regra que a LM é equivalente a L1 do aprendiz, Slomski (2010, p. 52) coloca:

A primeira língua no caso da pessoa surda, predeterminada organicamente para a aquisição de uma língua na modalidade espaço-visual (Língua de Sinais), significa que, da mesma forma que a criança ouvinte adquire uma língua de modalidade oral, a criança surda adquire uma língua de modalidade espaço visual... A língua de sinais é a única língua que pode ser adquirida pela criança surda através do diálogo contextualizado, por isso é chamada de primeira língua.

A Libras como L1 ocorre naturalmente para aqueles que nascem em famílias com pais/cuidadores surdos; tem papel fundamental no desenvolvimento cognitivo e linguístico em paralelo ao que ocorre com uma criança ouvinte; o acesso à informação do mundo em uma língua visuoespacial contribuirá para o desenvolvimento destes sujeitos e, provavelmente, quando ingressarem na escola, terão facilidade em compreender os conteúdos pela sustentação de uma base linguística sólida.

Atualmente, considerando a extensão territorial de nosso país, somado às dificuldades do ensino da língua em um processo formal e informal da educação, dificilmente a Libras ocorrerá na situação posta acima. De forma idealizada, de fato, seria ótimo que as crianças surdas tivessem a assimilação do mundo e as primeiras instruções por meio da Libras, contudo, segundo o estudo de Quadros (2018), apenas 7% dos usuários surdos partícipes de sua pesquisa declararam ter acesso à língua de sinais no ambiente familiar e, provavelmente, são aqueles que possuem familiares/pais surdos que usam naturalmente essa língua com seus filhos.

Quadros (2018) aponta que, entre os usuários surdos de sua pesquisa, apenas 20% dos participantes afirmaram ter desenvolvido a aquisição da língua de sinais no período considerado ideal, de 0 aos 4 anos de idade, 39% ter desenvolvido a aquisição da linguagem dos 5 aos 12 anos de idade, enquanto 26% tiveram acesso entre os 13 e 18 anos e 15% declaram ter adquirido a linguagem após os 19 anos. Podemos pensar que, mesmo com o acompanhamento e a descoberta da surdez nos primeiros anos de vida, a maior parte dos surdos não está tendo acesso à língua de sinais.

No período crucial da descoberta da surdez, a família se ajusta à realidade e, dependendo dos caminhos a serem tomados, os pais inserem a Libras como forma de comunicação com seu filho surdo, ou utilizam da LP com seu filho DA e vão em busca de terapias e tratamentos que não priorizam a Libras como L1.

Os pais ouvintes, que compreendem a surdez pelo viés cultural, dispõem-se a aprender Libras para poder instruir seus filhos surdos. Existe uma tendência dessas crianças se tornarem bilíngues aprendendo o português simultaneamente, o que discutiremos mais à frente. Seria interessante refletirmos, ainda, se estes pais que aprenderam a Libras possuem fatores extralinguísticos para proporcionar de fato uma comunicação em Libras ou seria o que conhecemos popularmente como “português sinalizado”⁴? Essa discussão não caberá aqui, mas não pode ser desconsiderada quando tratamos de aquisição de uma língua.

De certa forma, entendemos que ainda que esta criança não tenha o ensino de uma Libras ideal, ela terá uma compreensão mais próxima de uma língua visual do que aquela cujos pais que não se interessaram pela Libras e entendem seus filhos como DAs, procurando tratamentos médicos e o auxílio do fonoaudiólogo na intenção do aprimoramento e aprendizagem da LP. Crianças vistas como DAs poderão nunca ter o contato com a Libras ou podem ter um aprendizado tardio da língua como uma L2 ou LA, conceitos que trataremos mais a seguir.

Existem ainda casos de famílias que farão uso de gestos para se comunicar com estas crianças, o que poderíamos classificar como um processo de interlíngua somado à oralização do português. Nesses casos, é muito complicado afirmar categoricamente que a L1 desses

⁴ A Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa são duas línguas que coexistem e estão presentes no cotidiano dos usuários da língua de sinais, especialmente dos ouvintes. Por conta dessa proximidade, é comum que muitas vezes a produção em língua de sinais sofra influência da língua portuguesa de tal forma que os aspectos gramaticais da língua de modalidade oral/auditiva se façam presentes e ocasionem o chamado “português sinalizado” (QUADROS, 2018, p. 169).

sujeitos seria o português ou a Libras, uma vez que essas crianças podem estacionar neste processo de interlíngua e fazer uso de um dialeto caseiro para se comunicar com seus pais/cuidadores para o resto da vida. Existem casos de surdos que adquirem a Libras tardiamente, mas em casa, no contato com os pais, mantêm a língua de sinais caseira para o resto da vida.

Para definirmos a L1 de um surdo/DA é preciso compreender que diversos aspectos influenciam de forma decisiva nesta questão. Snapssé (2006) coloca fatores como: a língua da mãe, a língua do pai, a língua dos outros familiares, a língua da comunidade, a língua adquirida por primeiro, a língua com a qual se estabelece uma relação afetiva, a língua do dia a dia, a língua predominante na sociedade, a de melhor status para o indivíduo, a que ele melhor domina, língua com a qual ele se sente mais à vontade; tais fatores impactam na compreensão da L1. Desta forma, é preciso cuidado ao generalizar o conceito de Libras como L1 para todo surdo/DA; os casos deverão ser averiguados de acordo com a realidade de cada sinalizante.

3.4 Libras como língua de instrução

Discorreremos sobre a Libras como LI, porque é necessário falarmos um pouco sobre as políticas linguísticas relacionadas à língua. Segundo Santos (2018), é a língua utilizada na sala de aula para introduzir conceitos, dar esclarecimentos e explicações; aquela em que os saberes são transmitidos na escola.

No Brasil, mesmo que haja o reconhecimento da Libras por meio da legislação (Lei nº 10.436/2002 e Decreto nº 5.626/2005), infelizmente, ainda hoje grande parte das políticas linguísticas que envolvam essa questão não ocorrem. Quando falamos em Libras como LI, direito legalmente garantido aos surdos, a realidade do país está muito distante de cumpri-la.

Conforme os estudos de Quadros (2018), 80% dos surdos tiveram acesso à língua de sinais após os 4 anos de idade e, destes, 65% desenvolveram a aquisição da linguagem entre os 4 e 18 anos, isto é, em idade escolar. Sobre o contexto em que tiveram contato com a Libras, a maior parte dos participantes (44%) declarou ter adquirido a língua de sinais na escola. Tais dados reforçam a importância desse contexto para o desenvolvimento linguístico dos sujeitos surdos.

Se pensarmos nas capitais do país, os surdos encontram dificuldade de acesso à educação de qualidade, direito garantido da presença do profissional Tradutor Intérprete de Língua de Sinais (TILS) em sala de aula, a ter uma disciplina de Libras para que o aluno tenha conhecimento formal e estruturado de sua língua, e, principalmente, o conhecimento de uma forma geral ministrado em Libras.

A depender do local (estado/município) do nosso país, os surdos conseguem TILS depois de muita luta e, em sua maioria, não aprendem as regras formais da Libras nos anos básicos de ensino. Em relação às políticas linguísticas, com a publicação do Decreto nº10.502, de 30 de setembro de 2020, acreditamos que possa haver um aumento na criação das escolas bilíngues gerando impacto positivo na disseminação da língua, segundo o decreto,

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se: II – educação bilíngue de surdos – modalidade de educação escolar que promove a especificidade linguística e cultural dos educandos surdos, deficientes auditivos e surdocegos que optam pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras, por meio de recursos e de serviços educacionais especializados, disponíveis em escolas bilíngues de surdos e em classes bilíngues de surdos nas escolas regulares inclusivas, a partir da adoção da Libras como primeira língua e como língua de instrução, comunicação, interação e ensino, e da língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua. (BRASIL, 2020).

Com a adesão do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e as provas em vídeo a partir do ano de 2017, os surdos começaram a ingressar nas instituições públicas de nível superior e foi possível perceber como os problemas se repetem. A dificuldade de ter profissionais

qualificados e uma estrutura, de um modo geral, nos cursos de nível superior para com a educação inclusiva dos surdos em sua maioria é desconhecida.

Com exceção dos cursos de Letras Libras e Pedagogias Bilíngues, os demais ainda se encontram em processo de adaptação para receber esses alunos que acabam por serem instruídos em Língua Portuguesa. A realidade fica pior quando se trata da garantia desse direito nas cidades interioranas. A mão de obra do profissional TILS, de professores qualificados que conheçam minimamente a Libras ainda é escassa.

Os alunos surdos acabam aprendendo apenas por meio do português, o que nem sempre auxilia o aluno a alcançar os níveis desejados de conhecimento propostos para os anos escolares em questão. Assim, claramente como nos coloca Quadros (2018), temos uma situação de risco iminente, pois a língua não está sendo transmitida na infância da criança no berço familiar, apresentando implicações no processo de aquisição da linguagem. Perceber que a Libras como LI é direito dos surdos coloca o Brasil na direção do alcance dessa realidade.

3.5 Libras como língua de herança

Para discutirmos o conceito e sua relação com a Libras entendemos a LH assim como Quadros (2017, p. 7): “São as línguas que, em um contexto sociocultural, são dominantes diferentes da usada na comunidade geral. A palavra “herança” remete a ideia de tradição familiar. As línguas que a pessoa adquire em casa com seus pais, diferente da língua usada de forma massiva no país, configuram línguas de herança.”

É interessante ressaltar que no caso de Libras os surdos filhos de pais surdos terão a Libras como LH, como LM e também como L1. No caso do Brasil, os CODAS representam grande parte daqueles que, assim como nas línguas oralizadas, recebem a LH de seus pais/cuidadores surdos desde a infância.

São instruídos em Libras e, dependendo do contexto, são bilíngues por se tratar da forte influência dos demais parentes ouvintes, do ensino regular no qual terão a aprendizagem da LP e da pré-disposição para o aprendizado visuoespacial e oral auditivo de ambas as línguas.

O curioso no caso da Libras é o fato de a LH ser disseminada dentro do próprio país, ao contrário do que convencionalmente ocorre, uma vez que brasileiros emigrantes ensinam o português dentro de casa para seus filhos para que estes possam conhecer a língua e consequentemente se comunicar com parentes próximos e não perder um traço cultural importante. Esta realidade aproxima as línguas de sinais e diverge das línguas oralizadas.

No caso da Libras, a LH transmitida de forma geracional será uma exceção aos surdos, uma vez que, como já citamos anteriormente, em sua maioria eles são filhos de pais ouvintes que desconhecem a língua de sinais e, nos casos de surdez não congênita – como também foi citado –, os filhos dos pais surdos são ouvintes.

Desta forma, os surdos – filhos de pais ouvintes – aprenderão a Libras com terceiros: amigos da escola; com professores surdos ou nas Associações de Surdos, que têm papel importante no encontro entre gerações surdas, extrapolando o conceito de “herança” para uma visão mais macrossocial, pois trata-se de uma LH do povo Surdo, e não apenas da família do aprendiz (pais, irmãos, avós, etc.).

Nem sempre a língua será aprendida num primeiro momento da vida, como as demais línguas orais de herança aprendidas na infância. Não são raros os casos de alunos surdos que têm contato com a Libras tardiamente. Surdos aprendizes de Libras tardiamente podem passar a usar a Libras como língua de conforto, ainda que tenham a aprendido tardiamente, e ainda sim, possuem uma performance linguística próxima à natividade em relação a uma criança que a tenha como L1.

3.6 Libras como língua segunda

Em um cenário ideal considerar Libras como L2 do sujeito surdo/DAs no processo aquisitivo seria estranho, uma vez que popularmente o compreendemos como um aprendiz

natural da Libras; contudo, é uma afirmação que necessita de um cuidado, visto que cada caso será um caso e pode-se considerar o que seria uma exceção algo bem recorrente.

Segundo Spinassé (2006, p. 6), “uma Segunda Língua é uma não-primeira-língua que é adquirida sob a necessidade de comunicação e dentro de um processo de socialização. A situação tem que ser favorável: um novo meio, um contato mais intensivo com uma nova língua que seja importante para a comunicação e para a integração social”.

Precisamos lembrar que as crianças surdas/DAs, em sua maioria, são filhas de pais ouvintes que nem sempre são favoráveis ao aprendizado da língua de sinais; procuram tratamentos fonoaudiólogos e insistem que a criança aprenda a oralizar.

Sustentam o discurso de que caso a criança tenha contato com a Libras não terá interesse e nem se esforçará para aprender o português oralizado. Essas crianças, geralmente, têm contato com a Libras tardiamente, sendo essa considerada L2 para esses aprendizes. O que ocorre deste contato tardio é o sujeito se considerar DA, aprender e fazer uso da língua de fato como L2. Uma segunda opção são os que se entendem DAs até o momento da imersão na língua, o que causa um encantamento com a facilidade da compreensão dos enunciados. Ainda que Libras seja sua L2, seu uso é tão confortável e natural que o faz mergulhar na apropriação cultural surda e, de fato, se reconhecer a partir do contato como um sujeito surdo abandonando o conceito de DA.

Quadros (2017, p. 8) relata que “nesses contextos, muitas vezes, portanto, a L1, primeira língua, a língua de herança, pode ser a língua secundária, e a L2, a segunda língua, a língua usada na comunidade mais abrangente, pode passar a ocupar o estatuto de língua primária”. Ou seja, pode ocorrer uma troca de língua de conforto para a comunicação tamanha a identificação linguística e o fator de LN envolvido.

Em alguns casos torna-se perceptível que, ainda que o surdo se reconheça com a Libras e a cultura surda, em momentos de pensamento agilizado ou de tomadas de decisão ele faz uso da LP, demonstrando claramente que o pensamento está organizado na língua oralizada e que Libras é uma L2.

Considerar a Libras como L2 no Brasil para os pesquisadores da área, naturalmente, é associar o conceito com os alunos ouvintes. Pensamos que deveria ser um ato obrigatório para os ouvintes a oferta de Libras como L2 nas escolas. É dever do Estado ofertar a disciplina de Libras para promover a inclusão. Em sua maioria, os ouvintes buscam aprender a Libras como L2 por diversos motivos: seja por possuir parentes e amigos próximos surdos e tenham o desejo de se comunicar com facilidade; por um diferencial no currículo para o mercado de trabalho, ou ainda especificamente, para atuar na área de ensino ou tradução de Libras/Português.

3.7 Libras como língua adicional

O conceito de LA cabe perfeitamente no contexto de aprendizagem de Libras, especificamente quando tratamos da formação acadêmica no nível superior. Segundo Leffa e Irala (2014, p. 22).

Trata-se de uma língua que o aluno aprende por acréscimo, além das que ele já sabe e que, por isso, pode ter como ponto de partida outras línguas, o que sugere uma convivência pacífica entre as línguas, já que o domínio de cada uma atende a objetivos diferentes; são conhecimentos entre si que não competem entre si, mas que se complementam.

Considerando as atuais políticas de educação inclusiva no ensino superior, temos o ingresso de alunos surdos, indígenas, quilombolas, estrangeiros, bem como alunos com uma primeira formação em Letras que gostariam de se qualificar como docentes/intérpretes de Libras.

Nesse sentido, pensar em Libras como L2 é um conceito limitante, uma vez que muitos destes alunos já têm contato de aprendizagem com mais de uma língua. Os indígenas, por exemplo, conhecem a língua de seu povo, o português, e posteriormente a língua de sinais; e

o mesmo acontece com alunos graduados em cursos de dupla habilitação em Letras, como Português/Inglês ou Português/Espanhol.

Compreender o conceito pensando nos surdos/DAs também é possível por meio do exemplo de um aluno surdo/DA estrangeiro que conhece a língua de sinais e oralizada de seu país, chega ao Brasil e se interessa por aprender a Libras e concomitantemente o português na sua forma escrita, ou mesmo alunos que tenham cursado algum outro idioma ao longo da vida acadêmica.

Com os exemplos supracitados torna-se perceptível que, em alguns casos, enquadrar o aprendizado de Libras apenas como L2 é frágil e incoerente, dado que a bagagem linguística do aprendiz perpassa mais de uma língua previamente a sua aprendizagem da Libras.

3.8 Bilinguismo

O Bilinguismo (Libras/Português) possui níveis e oscila a depender do sujeito. Slomski (2010, p. 46) define Bilinguismo como “o aprendizado que relacione competência e desempenho em duas línguas, podendo ser individual ou grupal”.

Poucos são os surdos que são bilíngues fluentes em ambas as línguas; esse bilinguismo nato é encontrado nos CODAS, quando se trata de crianças ouvintes que possuem a Libras como LM, a LP está no seu cotidiano por meio dos avós ouvintes ou um dos pais ouvintes. No caso dos surdos, para Slomski (2010, p. 53):

A coexistência de duas línguas em torno da criança surda requer sua imersão num ambiente linguístico em que as duas línguas – Libras e LP – estejam em relação de complementaridade cotidianamente e não apenas em momentos específicos, como acontece na maioria das vezes com a criança ouvinte, ao aprender uma língua estrangeira.

Os surdos que aprendem Libras como L1, em sua maioria, aprendem a Língua Portuguesa escrita como L2 ou são bilíngues Libras/Português. As famílias desenvolvem estratégias para o estímulo do uso de ambas as línguas em casa, e o processo ocorre naturalmente como qualquer outra criança aprendiz bilíngue de línguas oralizadas.

No Brasil, os usuários de Libras como L1 estão condicionados a ter a LP na forma escrita como L2. Esta aprendizagem é dificultosa para eles (surdos e CODAS); e até o contato escolar dificilmente eles se inteiraram da LP na forma escrita ou mesmo da existência de outras línguas. É possível perceber certa imposição social da LP aos usuários de Libras, tornando a L1 escrita nas escolas a mais utilizada para a interação e comunicação com os ouvintes.

Vale ressaltar que, segundo a Lei da Libras 10.436/2002, Art. 4º, o parágrafo único coloca que “A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da Língua Portuguesa”. Para Quadros (2018), os surdos percebem a LP (modalidade escrita) estando em um patamar superior e isso se deve ao discurso propagado por muitos anos – aquele que coloca a escrita como um fator indispensável para o desenvolvimento desses sujeitos.

As políticas linguísticas e a luta da comunidade surda em prol da garantia de direitos deste grupo minoritário envolvem a promoção e disseminação da Libras, o ensino de Libras como L1 e na LP – modalidade escrita – como L2, garantia de profissionais capacitados para atuação na sociedade como os intérpretes, professores bilíngues e professores de Libras.

Neste trabalho, atentamo-nos a discutir estas categorias linguísticas por entendermos que atualmente há ainda muito desconhecimento por parte dos pais acerca dos benefícios que o acesso à linguagem desde os primeiros anos de vida pode trazer aos sujeitos surdos, dos professores e pesquisadores que não integram a comunidade surda de perceber a relação da Libras com o sujeito surdo/DA.

Classificar Libras como Primeira Língua, LM, LI e LH é um ato muito individual que dependerá do sujeito em questão, diferentemente dos conceitos de LN, L2, LA, e Bilinguismo, os quais estão bem próximos do que encontramos com a Língua Portuguesa no Brasil. Essas questões só demonstram a importância e a necessidade de novas pesquisas sobre a temática.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo objetivou elucidar e discutir sobre a categorização de Libras como LM; LN; L1; LI. Para tanto, foi proposta uma comparação entre Libra e Libras – comumente confundido entre as pessoas que desconhecem a língua, sendo a primeira o signo do horóscopo e a segunda, a Língua de Brasileira de Sinais. Assim como o sistema horoscópico segue certas categorizações para enquadrar personalidades dentro dos signos, as línguas também seguem critérios descritivistas para serem classificadas.

Em termos de signos astrológicos, são considerados critérios como a data de nascimento e posição da Lua ou do Sol para se determinar aspectos da personalidade de um sujeito; em termos das línguas, neste estudo, foram considerados critérios para além do signo linguístico para categorizar Libras.

Ao realizar este processo, foi possível perceber que em algumas colocações não existe tanta divergência em comparação com as línguas orais, entretanto, em outras classes é perceptível que o que se toma como mais comum de ocorrer – padrão de encaixe para a classificação nas outras línguas – a Libras aproxima-se daquilo que é entendido como exceção e, nesse sentido, é preciso que o pesquisador investigue cada caso que tenha interesse em pesquisar para entender o processo especificamente no sujeito em questão.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 25 abr. 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 23 dez. 2005.
- BRASIL. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, Seção 1, p. 6, 1 out. 2020.
- CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; MAURICIO, A. C. L. *Novo Deit-Libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue* da língua brasileira de sinais baseado em linguística e neurociências cognitivas. São Paulo: INEP/CNPq/Edusp, 2012. v. 1. p. 1-2.
- GUIMARÃES, E. O multilinguismo e o funcionamento das línguas. *Revista Brasileira do Iphan*. Línguas do Brasil, n. 6, 2007.
- LEFFA, V. J.; IRALA, V. B. O ensino de outra(s) língua(s) na contemporaneidade: questões conceituais e metodológicas. In: _____. (Org.). *Uma espiadinha na sala de aula: ensinando línguas adicionais no Brasil*. Pelotas, RS: Educat, 2014. p. 21-48.
- PERLIN, G. T. T.; MIRANDA, W. Surdos: o narrar e a política. *Ponto de Vista – Revista de educação e processos inclusivos*, Florianópolis, n. 5, p. 217-226, 2003.
- QUADROS, R. M. de. *Língua de herança: Língua Brasileira de Sinais*. Porto Alegre: Penso, 2017.
- QUADROS R. M. de et al. (Org.). *Língua Brasileira de Sinais: patrimônio linguístico brasileiro*. Florianópolis: Guarapuvu, 2018.
- SANTOS, A. N. M. dos. *A Língua Brasileira de Sinais na educação de surdos: língua de instrução e disciplina curricular*. 2018. 264 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- SLOMSKI, V. G. *Educação bilíngue para surdos: concepções e implicações práticas*. Curitiba: Juruá, 2010.
- SPINASSÉ, K. P. Os conceitos língua materna, segunda língua e língua estrangeira e os falantes de línguas alóctones minoritárias no Sul do Brasil. *Contingentia*, v. 1, n. 1, 2006.
- STROBEL, K. L. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. 3. ed. rev. Florianópolis: Ed. UFSC, 2013.

Contribuição dos autores

O trabalho de escrita e revisão do artigo foi desenvolvido de forma colaborativa entre os autores.